

UM ESTUDO SOBRE A TRANSMISSÃO PSÍQUICA ATRAVÉS DAS GERAÇÕES NAS FAMÍLIAS INCESTUOSAS

A STUDY ON PSYCHIC TRANSMISSION BETWEEN GENERATIONS IN
INCESTUOUS FAMILIES

UN ESTUDIO SOBRE LA TRANSMISIÓN PSÍQUICA A TRAVÉS DE
GENERACIONES EN FAMILIAS INCESTUOSAS

Gisele Joana Gobbetti¹, Maria Victória Negrão Rocha de Melo², Claudio Cohen³, Isabel Cristina
Gomes⁴

DOI: 10.54899/dcs.v22i84.3722

Recibido: 04/11/2025 | Aceptado: 06/11/2025 | Publicación en línea: 19/11/2025.

RESUMO

A transmissão psíquica geracional tem grande contribuição na constituição psíquica do sujeito. Observa-se que situações de violência, como o abuso sexual intrafamiliar são reproduzidos através das gerações, reforçados por um pacto de segredo. O objetivo do estudo foi a reflexão sobre a transmissão psíquica entre gerações do incesto através da análise da repetição da dinâmica familiar nas famílias incestuosas. A metodologia utilizada, de abordagem qualitativa, incluiu a pesquisa documental retrospectiva de prontuários de famílias atendidas no Centro de Estudos e Atendimento Relativos ao Abuso Sexual no período de 2002 a 2019, a partir da qual foi feita uma análise descritiva dos dados associada à experiência de atendimento a famílias incestuosas. Foi observado que, em metade das famílias da amostra, pelo menos um dos pais ou responsáveis relataram um histórico de abuso sexual em sua família de origem já nas entrevistas de triagem, sendo a maior frequência destes relatos feita pelas mães, embora os pais sejam os mais denunciados pelo abuso. Embora não denunciadas, as relações incestuosas entre mães e filhos são observadas nas famílias incestuosas através de comportamentos aceitos pela sociedade como a amamentação e cuidados com higiene muito prolongados, resultando na não discriminação dos filhos enquanto sujeitos. Diante desses dados e do papel fundamental da relação mãe-bebê na transmissão entre gerações, pode-se concluir que a mãe é o principal agente da transmissão psíquica do incesto, reforçando a importância da terapia familiar na quebra do ciclo desta violência transgeracional.

Palavras-chave: Incesto. Abuso Sexual Intrafamiliar. Transmissão Psíquica entre Gerações. Terapia Familiar.

¹ Doutora em Ciências área de concentração em Bioética, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: gobbetti@usp.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5215-5424>

² Especialista em Atendimento a Famílias Incestuosas, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: victoriarochemelo@hotmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3298-2937>

³ Livre Docência em Bioética, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: ccohen@usp.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8377-2193>

⁴ Livre Docência em Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP - USP), São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: isagomes@usp.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9335-9706>

ABSTRACT

The generational psychic transmission has a great contribution in the psychic constitution of the subject. It is observed that situations of violence, like a intrafamilial sexual abuse, are reproduced between generations, reinforced by a pact of secret. The aim of the study was to reflect on the psychic transmission between generations through the analysis of the repetition of family dynamics in incestuous families. The methodology, of qualitative approach, included retrospective research of medical records of families assisted at the Center for Studies and Assistance Relative to Sexual Abuse (CEARAS) from 2002 to 2019, associated with the experience of assistance for incestuous families. It was observed that, in half of the families in the sample, at least one parent or guardian reported sexual abuse background in their family of origin already in the screening interviews, with the highest incidence of the mothers, although the fathers are the most reported for the abuses. Although not denounced, incestuous relationships between mothers and children are observed in incestuous families through behaviors accepted by society such as breastfeeding and very prolonged hygiene care, resulting in non-discrimination of children as subjects. By data and the fundamental role of the mother-baby relationship in the transmission between generations, it can be concluded that the mother is the main agent of psychic transmission of incest, reinforcing the importance of family therapy in breaking the cycle of this transgenerational violence.

Keywords: Incest. Intrafamilial Sexual Abuse. Psychic Transmission Between Generations. Family Therapy.

RESUMEN

La transmisión psíquica generacional tiene una grande contribución para la constitución psíquica del sujeto. Ella puede ser observada en situaciones de abuso sexual intrafamiliar, que se repite a través de generaciones, reforzadas por el silencio familiar. El objetivo del estudio fue analizar la transmisión psíquica entre generaciones de familias incestuosas, a través del análisis de la repetición de dinámicas familiares. La metodología utilizada incluyó una investigación documental retrospectiva de las historias clínicas de las familias atendidas en el Centro de Estudios y Atención Relativa al Abuso Sexual (CEARAS) de 2002 a 2019, a partir de la cual se realizó un análisis descriptivo de los datos asociados a la experiencia de atender en terapia a familias incestuosas. Se observó que, en la mitad de las familias de muestra, al menos uno de los padres o tutores reportó antecedentes de abuso sexual en su familia de origen, que ocurrió con mayor frecuencia por las madres, aunque el padre es el más denunciado por violencia. Las relaciones incestuosas entre madres e hijos se observan en familias incestuosas a través de conductas aceptadas por la sociedad como la lactancia materna y cuidados de higiene muy prolongados, resultando en la no discriminación de los hijos como sujetos. Estos datos y el papel fundamental de la relación madre-bebé en la transmisión entre generaciones, se puede concluir que la madre es el principal agente de transmisión psíquica del incesto, reforzando la importancia de la terapia familiar para romper el ciclo de esta violencia transgeneracional.

Palabras clave: Incesto. Abuso Sexual Intrafamiliar. Transmisión Psíquica Entre Generaciones. Terapia Familiar.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A importância do estudo da transmissão psíquica está intimamente ligada à compreensão do psiquismo humano. A influência das transmissões psíquicas entre as gerações na formação da subjetividade humana é o elo entre o desenvolvimento da espécie e a constituição individual do sujeito. Na compreensão psicanalítica, a construção do psiquismo individual inicia-se com as transmissões e identificações de seus antecessores.

Embora Freud nunca tenha utilizado o termo transmissão psíquica geracional, tratou da herança das disposições psíquicas e da transmissão do desejo entre as gerações em vários artigos. Em *Totem e Tabu* (1913/1980), Freud trouxe o conceito de “herança arcaica” para caracterizar a transmissão de conteúdos dos processos mentais adquiridos filogeneticamente pela humanidade. Assim seria transmitido o tabu fundamental, o tabu do incesto, configurado pela interdição da relação sexual incestuosa e a proibição de matar o pai.

Além do que se herda pela evolução da espécie (filogenético), há também uma transmissão entre as gerações de cada família. No texto “Introdução ao Narcisismo” (1914/1980), Freud tratou da transmissão ao colocar a afetividade com os filhos como renascimento do narcisismo dos pais. Diante da mortalidade do “eu”, a segurança é alcançada pela busca de continuidade nos filhos, que transforma o narcisismo dos pais em amor objetual, narcisismo este, estruturante para a criança. Assim, a geração sucessora constitui-se com a esperança, por parte da antecessora, de realizar o não realizado.

A própria constituição do aparelho mental está inscrita nas relações intergeracionais. A constituição do superego como condutor vivo dos processos mentais entre gerações foi abordada por Freud em 1932:

Assim, o superego de uma criança, é, com efeito, construído segundo o modelo não de seus pais, mas do superego de seus pais; os conteúdos que ele encerra são os mesmos, e torna-se veículo da tradição e de todos duradouros julgamentos de valores que desta forma, se transmitiram de geração em geração (Freud, 1932/1980, vol 22, p. 87).

O estudo da transmissão psíquica entre gerações tem sua importância ressaltada por autores da psicanálise com estudos em terapia familiar, como Kaes e Eiguer.

Segundo Kaes (1998), o processo de transmissão psíquica tem participação fundamental na composição da subjetividade, sendo que a influência das vivências intersubjetivas na vida psíquica individual sempre fez parte do estudo da psicanálise: “O que é que me vem do outro, que me é transmitido, e que eu transmito- ou transfiro- a que me submeto, do qual me benefício, ou que me arruína, do qual posso ou não me constituir herdeiro?” (Kaes, 1998, p.6). O autor conclui que a identificação é o principal processo de transmissão psíquica.

De acordo com Eiguer (1998), a transmissão psíquica está tanto na origem da transmissão dos mitos e dos ideais como na própria organização do superego individual, assim modulando projetos de vida, atrações e rejeições e a própria escolha amorosa que será a fundadora de uma nova família. Para o autor, “o mito familiar é definido como um relato, uma história, implicando um conjunto de crenças partilhadas por toda a família, eventualmente transmitidas há gerações” (1995, p. 142). Assim, o mito familiar tem a função de manter o grupo coeso e, assim, fortalecer os papéis de cada um.

A transmissão psíquica pode ocorrer de duas formas: a intergeracional, sendo estruturante e contando com um trabalho psíquico de elaboração do herdado, de modo a constituir o elo entre gerações e a transgeracional, que é invasiva, sem possibilidade de elaboração, constituída por traumas, lutos e segredos familiares. (André- Fustier & Aubertel, 1998; Benghozi, 2000; Eiguer, 1998; Granjon, 1990; Trachtemberg, 2014).

A transmissão desses objetos (conteúdos) transgeracionais, originários de sentimentos de culpa, fantasias, desejos, recalamentos, lutos não elaborados e condições narcísicas, adquirem extrema importância para o campo da terapia familiar. Segundo Eiguer:

A terapia familiar psicanalítica é um lugar em que a transgeração adquire relevo, e permite encontrar as fontes (ou uma das fontes) da perturbação. O fato de que duas gerações (ou mais) estejam reunidas em uma sessão mostra o sentimento de que pode existir continuidade entre os dois elos e aqueles que lhes precede até a origem da descendência. (1998, p.25)

De acordo com Azevedo e Brandão (2019), o trauma, conceito central da teoria psicanalítica, por se tratar de experiência que excede a possibilidade de elaboração, é objeto privilegiado da transmissão psíquica, já que as vivências traumáticas mantidas secretas em uma geração são automaticamente incorporadas na geração seguinte, sem transformação.

Situações de violência dentro da família são fenômenos muitas vezes reproduzidos de geração em geração, reforçados pelo pacto de silêncio familiar. Esses conteúdos traumáticos não

elaborados inscrevem-se na transmissão psíquica transgeracional. (Sei & Gomes, 2007, 2012).

O Centro de Estudos e Atendimento Relativos ao Abuso Sexual (CEARAS) lidou com questões referentes ao incesto durante trinta anos, realizando atendimento a famílias que tinham uma denúncia de abuso sexual cometido entre seus membros.

Caracterizado pela articulação com o Judiciário, o CEARAS tinha como técnica a terapia familiar por compreender que o incesto é um problema que envolve toda a família e é muito mais abrangente do que a relação sexual entre alguns membros do grupo familiar. O vínculo com a Justiça é baseado na importância da lei social quando as leis familiares são transgredidas. Além disso, na ausência de uma denúncia judicial, esta deveria ser feita pelos terapeutas que tomam contato com este tipo de caso envolvendo crianças e adolescentes (como determina o Estatuto da Criança e do Adolescente), comprometendo a formação dos vínculos de confiança necessários ao atendimento (Cohen & Gobbetti, 2020).

A repetição da dinâmica incestuosa entre gerações é uma das características dessas famílias. Através da experiência dos atendimentos, foi observado que grande parte dos responsáveis pelo núcleo familiar tinha um histórico de abuso em sua própria família de origem (Gobbetti, 2018). O próprio abuso sofrido na infância/adolescência ou abuso sofrido por outro membro de sua família de origem é um dado relatado objetivamente e coletado já nas entrevistas de triagem. Em algumas famílias, só durante a terapia é que surgem os relatos de abusos sofridos, e muitas vezes, o reconhecimento de situações vivenciadas anteriormente como abusivas.

Em revisão da literatura sobre a transmissão psíquica transgeracional, Padilha e Barbieri (2020) constataram que os conceitos mais citados nos artigos foram a repetição e o segredo familiar, conceitos estes característicos das famílias incestuosas.

O objetivo do presente trabalho é fazer uma reflexão sobre a transmissão psíquica transgeracional do incesto através da análise da repetição da dinâmica incestuosa nas famílias atendidas no CEARAS.

INCESTO

Todas as definições de incesto incluem uma relação condenada socialmente entre pessoas com vínculos de parentesco. O incesto é um ato intimamente associado ao "proibido" e as teorias psicanalíticas e estruturalistas sustentam que o desejo de manter um relacionamento incestuoso é universal e tão antigo quanto o próprio ser humano (Cohen, 2021).

Lévi-Strauss (1949/2009) assinalou que a interdição do incesto seria a barreira social necessária para o acesso à cultura; é o que marca a passagem da “natureza para a cultura”. Assim, a interdição transforma o indivíduo de um ser puramente biológico movido por instintos a um ser capaz de controlar seus impulsos e se relacionar socialmente.

Em o “Mal estar da civilização”, Freud (1930/1980) conceituou o mal estar como a renúncia dos impulsos agressivos e sexuais em prol da inserção na cultura, necessária para a sobrevivência humana. A repressão do desejo incestuoso possibilita a socialização e a estruturação psíquica individual (Freud, 1913/1980; 1930/1980).

Em algumas famílias, não ocorre a repressão desses desejos e os impulsos são atuados. A experiência de atendimento tem demonstrado que a ocorrência de uma relação de abuso sexual dentro da família não está vinculada à existência de um indivíduo portador de doença mental ou transtorno de personalidade. Observou-se que existe uma participação, direta ou indireta, de todos os membros da família na relação incestuosa, sendo a relação sexual denunciada apenas o sintoma de uma família disfuncional, na qual a violência pode ser caracterizada principalmente pela ausência ou não diferenciação das funções familiares estruturantes, entendidas como continência e limite (Cohen & Gobetti, 2020).

Assim, para além da violência sexual, a atuação incestuosa remete a uma violência da ordem da constituição psíquica. A constituição do “eu” só pode se dar por meio do reconhecimento do “outro”, que é característico da espécie humana.

Razon (2007) considerou que a disfunção da lei estruturante no incesto resulta numa falta de diferenciação dos papéis e lugares dentro da família, e essa ausência do interdito tem sua origem na rejeição da separação. Segundo a autora, “para essas famílias, a vida se passa mais numa relação fusional com a mãe arcaica que numa relação com o Outro” (p.11).

Entende-se que a primeira relação do ser humano com o mundo é a relação mãe-bebê, e que esta, a princípio, apresenta-se como simbiótica e “erotizada”. De acordo com Freud, as mães, junto à amamentação e aos cuidados de higiene, significam as experiências pulsionais e sensações vivenciadas no corpo do bebê.

O primeiro objeto erótico de uma criança é o seio da mãe que a alimenta, a origem do amor está ligada à necessidade satisfeita de nutrição.... Este primeiro objeto (o seio) é depois completado na pessoa da mãe da criança, que não apenas a alimenta, mas também cuida dela e, assim, desperta-lhe um certo número de outras sensações físicas, agradáveis e desagradáveis. Através dos cuidados com o corpo da criança, ela se torna seu primeiro sedutor. (1937/1980, pp. 216-217)

Essa erotização, biopsicológica, necessária ao desenvolvimento do bebê, foi denominada por Cohen & Gobbetti (2008) de “erotização primária” e caracteriza o “incesto primário”, relação simbiótica que, num primeiro momento, é essencial para a estruturação psíquica do indivíduo, mas que depois precisa ser transformada para uma “erotização secundária”, um investimento psicossocial. Foi percebido, nas famílias incestuosas, que a maioria das mães prossegue este relacionamento erotizado primitivo com os filhos: é o “incesto secundário”. Caracterizado pelo uso perverso da erotização, este relacionamento é destrutivo ao desenvolvimento mental, psicossocial e estruturação do indivíduo.

Melanie Klein (1952/1978) aprofundou a teoria psicanalítica sobre o psiquismo do bebê e a importância de suas relações iniciais com a mãe; o quanto as experiências iniciais de cuidado materno poderiam reforçar ou mitigar as ansiedades persecutórias do bebê, ansiedades estas oriundas da pulsão de morte.

A relação com o mundo, a princípio através da relação com o seio materno (objeto parcial), e posteriormente com a mãe (objeto total), através dos processos de introjeção e projeção, vivenciada nos primeiros meses de vida, é fundamental e determinante para o desenvolvimento do aparato psíquico do indivíduo. Klein demonstrou que os estágios primitivos do Complexo de Édipo teriam início em meados do primeiro ano de vida, concomitantemente com o auge da posição depressiva, sendo as tendências edípicas liberadas como consequência da frustração e sentimento de perda sentidos pela criança com o desmame (1926/1996).

Desta forma, para a autora, tanto as tendências edípicas quanto a estruturação do superego iniciam-se muito anteriormente à fase preconizada dos 3 aos 5 anos por Freud, o que pode reforçar a ideia de que o primeiro limite estruturante é o “desmame”, a interrupção da relação “incestuosa” com a mãe. (Gobbetti & Cohen, 2023)

MÉTODO

Foi utilizada a metodologia qualitativa de análise descritiva de dados obtidos através de pesquisa documental retrospectiva de prontuários de famílias atendidas no CEARAS no período de 2002 a 2019.

A análise descritiva de dados sobre a repetição do abuso sexual entre gerações foi complementada pela experiência clínica dos pesquisadores/autores do trabalho, de forma a colaborar com a reflexão sobre a transgeracionalidade do incesto.

Foi estabelecido como critério de seleção o período especificado, uma vez que foi a partir de 2002 que a instituição passou a trabalhar exclusivamente com o atendimento familiar e com um novo modelo de ficha de triagem, no qual foi inserido um item específico sobre a ocorrência de outros abusos sexuais além dos denunciados; neste são registrados tanto outros abusos ocorridos na família atual, quanto o histórico de abuso sexual na família de origem dos adultos deste núcleo familiar. Este último foi utilizado para a quantificação da repetição da dinâmica incestuosa. Os relatos das entrevistas de triagem, parte do prontuário, também foram consultados e utilizadas algumas vinhetas para exemplificações.

Os critérios de exclusão foram os prontuários de famílias nas quais não foi constatada a ocorrência de incesto na triagem e daquelas que não chegaram a completar a triagem, seja por desistência ou por inviabilidade do atendimento constatada em uma primeira entrevista.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP em 4 de março de 2021, sob parecer nº 4.572.498.

CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS INCESTUOSAS

No período entre 2002 e 2019, houve o atendimento de 246 famílias. Do total de 246 prontuários, em 6, não se tratavam de famílias em situações de incesto e, em 8, as famílias não faziam parte da demanda do CEARAS, por não ter denúncia ou não haver possibilidade de atendimento familiar. Dos 232 restantes, 186 (cento e oitenta e seis) preencheram os critérios de seleção; famílias que completaram a triagem e tiveram proposta de terapia.

Levando-se em conta a amostra de 186 famílias, foi observado que, em 68% dos prontuários, as famílias relataram já na triagem outros abusos sexuais além dos denunciados (127 famílias). Destas, 72% relataram abusos sofridos na família de origem, confirmando a repetição da dinâmica abusiva.

Tabela 1

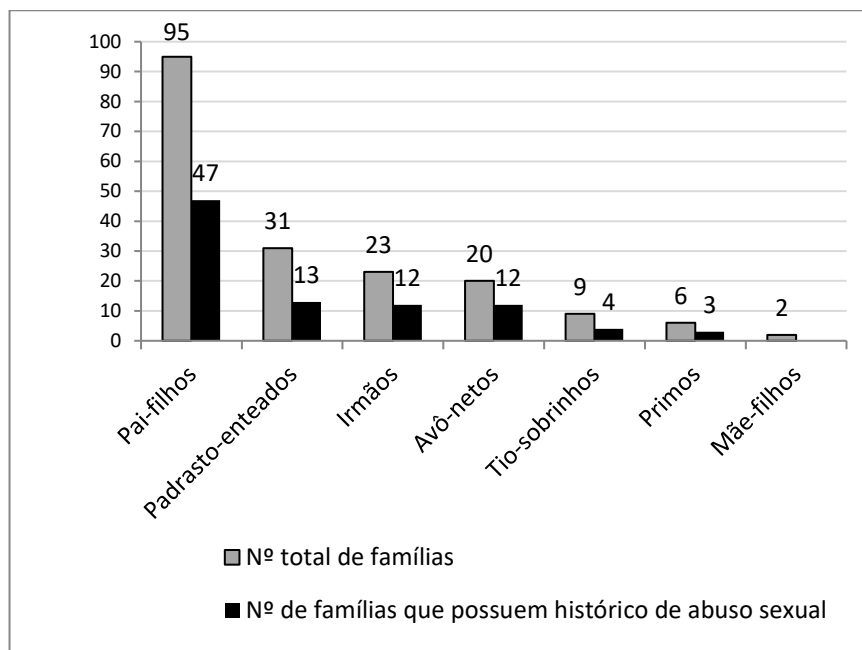
Incidência de relatos de outros abusos além dos denunciados na triagem

Outros abusos além dos denunciados relatados na triagem	Famílias com proposta de terapia (N=186)		Famílias com triagem incompleta (N=46)		TOTAL (N=232)	
	N	%	N	%	N	%
Outros abusos	127	68,28	25	54,35	152	65,52
Abusos na família atual	79	42,47	13	28,26	92	39,65
Histórico de abuso na família de origem	90	48,39	14	30,43	103	44,40
Abusos na família atual e na família de origem	42	22,58	2	4,35	44	18,96

A tabela 1 apresenta, além dos dados dos 186 prontuários da amostra, os dados que já apareceram nas famílias com triagem incompleta. O total de todos os prontuários do período, incluindo as famílias que não completaram a triagem, apresentou uma porcentagem de 65,52% de outros abusos relatados na triagem e de 44,40% de relatos de abuso sexual na família de origem, mostrando que mesmo em uma primeira entrevista, às vezes tendo contato com apenas parte da família, o relato de abuso sexual na família de origem já se fez presente.

É importante caracterizar a amostra das famílias que compõem o estudo: observa-se que existe uma diversidade nos graus de parentesco nos abusos incestuosos, mas a maioria ocorre no núcleo familiar próximo.

Mas, conforme a figura 1, nota-se que não existe uma diferença significativa de histórico de abuso na família de origem entre as diferentes relações mais denunciadas, mantendo-se a média em 49,67%. Foram excluídas da média a relação pouco denunciada entre mães e filhos (2 na amostra), que não contaram com histórico de abuso relatado na triagem, e outras relações não discriminadas no gráfico, que incluíam denúncias de abusos cometidos por amigos da família, cuidadores e padrinhos (no total de 8 famílias, tendo 4 famílias com abusos relatados na triagem-50%).

Figura 1*Incidência de histórico de abuso sexual na família de origem*

A maior parte das relações denunciadas ocorreu entre pais e filhos (51,07%), seguidas das relações entre padrastos e enteados (16,67%), entre irmãos (12,36%) e entre avós e netos (10,75%). Cabe ressaltar que há 8 famílias que se repetem em 2 tipos de relações de parentesco, como, por exemplo, denúncias de relações incestuosas entre irmãos e entre padrastos e enteados na mesma família.

Observou-se que, na grande maioria das denúncias, o abuso foi cometido por homens contra pessoas do sexo feminino, portanto a predominância das relações acima pode ser descrita: pai e filha, padrasto e enteada, irmão e irmã e avô e neta.

Tais dados corroboraram a estatística nacional, já que segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), o crime de estupro de vulnerável é cometido em 82,5% dos casos por conhecido da vítima, sendo que 40,8% eram pais ou padrastos; 37,2% irmãos, primos ou outro parente e 8,7% avós.

Pesquisas realizadas na França (Razon, 2007) e na Turquia (Koçtürk & Yüksel, 2019) também constatarem alguns dados semelhantes, como a maioria dos abusos sexuais denunciados serem praticados pelos pais biológicos e terem as vítimas do gênero feminino.

Com a experiência dos atendimentos, no entanto, observaram-se vários abusos não denunciados. Por exemplo, relatos de abusos sexuais sofridos por meninos em famílias em que houve a denúncia de um abuso contra meninas. Uma hipótese para a dificuldade de os meninos

denunciarem essas relações abusivas pode ser o maior constrangimento em se reconhecerem como “abusados”, devido ao papel social ativo atribuído ao gênero masculino. Assim, a estigmatização do homem abusado sexualmente, desde a infância até a fase adulta, ocorre tanto nas relações homossexuais (que é a maior parte das denúncias de abusos sofridos por meninos) como nas relações heterossexuais, já que socialmente não se espera que os homens recusem ou sintam como abusiva uma relação sexual com uma mulher.

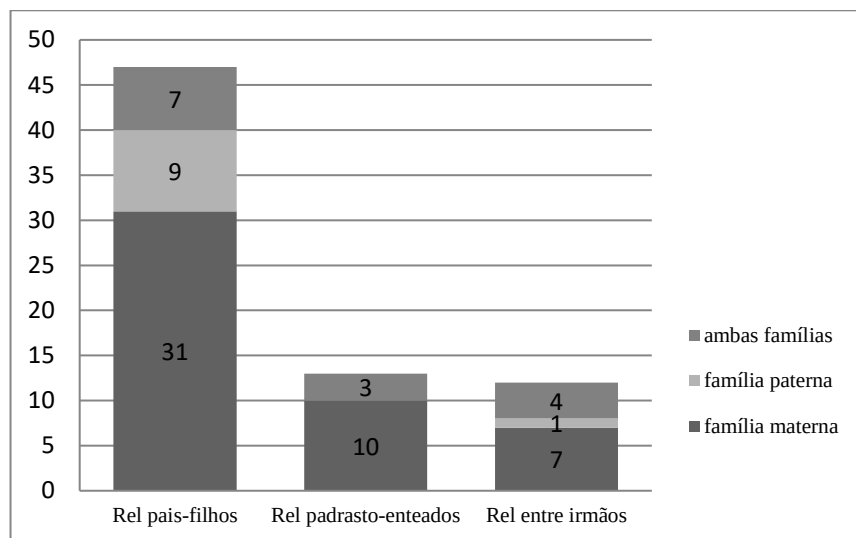
Também, apesar da porcentagem de denúncia entre mães e filhos ser pequena, foi observado o envolvimento das mães na dinâmica incestuosa. Um dado objetivo deste envolvimento é a dificuldade de a mãe realizar a denúncia em abusos cometidos pelos seus atuais companheiros. As denúncias do abuso sexual incestuoso são realizadas com maior frequência pelas mães, mas se forem selecionados apenas os abusos cometidos por pais ou padrastos, observou-se que a maioria das denúncias foi feita quando a mãe já estava separada do companheiro. Em nossa amostra, das 124 denúncias em relação a pais e padrastos, apenas 23 foram feitas pelas mães que ainda estavam com o companheiro (18,55% do total). E, em muitos desses casos, houve relatos de arrependimento em relação às denúncias, já que estas foram feitas sob a “pressão” de profissionais de saúde ou de educação que souberam do abuso através do contato com as crianças e adolescentes.

É importante ressaltar que, nestes casos, muitas denúncias foram feitas pelas próprias crianças e adolescentes, demonstrando que as mesmas têm que contar com os próprios recursos para trazer o abuso à tona e buscar ajuda fora da família.

Tomando como base a família nuclear, pai/padrasto, mãe e filhos, na qual se encontram a maioria dos casos de abuso sexual denunciados, observou-se que o histórico de abuso sexual na família de origem das mães é predominante.

Figura 2

Origem do histórico de abuso por tipo de relação



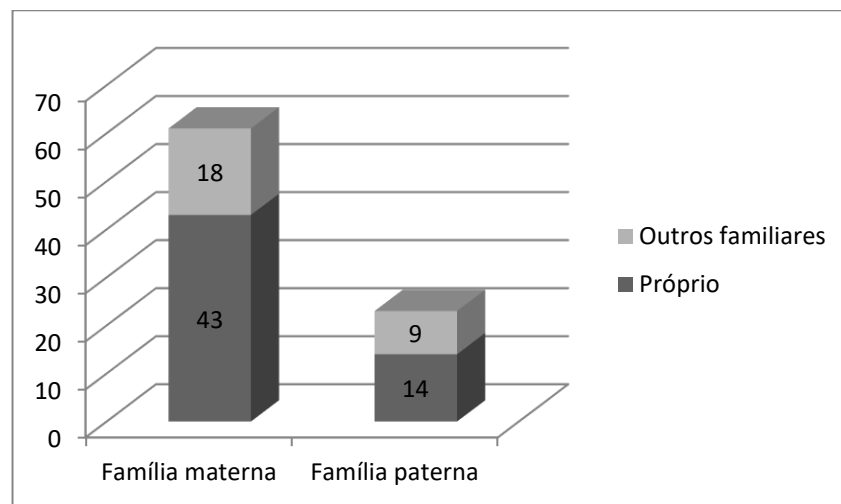
Em duas famílias, há concomitantemente denúncias entre irmãos e entre padrastos e enteados, sendo que estas aparecem nas duas últimas colunas, assim como há uma família que se repete nas duas primeiras colunas, pois a pessoa foi denunciada por abusar de filhos e de enteados.

Assim, das famílias com histórico de abuso, 59 têm denúncia em relação a pais ou padrastos (64,8%). Destas famílias, apenas em 8, as denúncias foram feitas pelas mães que estavam com o companheiro/marido, mas estas continuaram com os companheiros ou reataram os relacionamentos após curto período de separação.

O histórico de abuso na família de origem pode se referir ao próprio abuso sofrido pelos pais/padrastos ou mães ou pelo abuso sofrido por um familiar destes. Por exemplo, em algumas famílias, os pais/mães/padrastos não relataram ter sofrido abuso sexual diretamente, mas relataram abusos ocorridos no seu núcleo familiar, como abusos sofridos por irmãos.

Figura 3

Histórico do próprio abuso ou de outro familiar na família de origem



A maioria dos pais/padrastos e mães tem como histórico o próprio abuso sofrido na infância/adolescência (67,86%), mas a porcentagem das mães que tem o próprio abuso no seu histórico de vida é maior do que os pais/padrastos (70,49% e 60,87%, respectivamente).

A DINÂMICA INCESTUOSA COMO “COMPULSÃO À REPETIÇÃO” ENTRE GERAÇÕES

O abuso sexual intrafamiliar traz à tona uma dinâmica familiar disfuncional, na qual todos os membros da família estão envolvidos, sendo todos, de forma mais ou menos consciente, articuladores e/ou promovedores da cena incestuosa. Neste trabalho, constatou-se que muitas famílias trouxeram relatos de histórico de abuso sexual na família de origem já nas entrevistas de triagem.

Pesquisas indicam que a maioria dos pais “abusivos” tem na sua própria história de vida experiências de abuso ou negligência na infância, estudos de caso mostram que pais vítimas de incesto tendem a repetir a experiência incestuosa da infância com crianças da sua família (Goodwin, 1989). É interessante notar que a repetição do abuso sexual intrafamiliar não ocorre necessariamente na família de origem das pessoas denunciadas, ou seja, não se vê a repetição na história do indivíduo, no ciclo vítima-agressor, conforme apresentado pelos estudos. Pelo contrário, constatou-se que, na maioria das famílias incestuosas, em que os pais/padrastos foram denunciados, as mães é quem possuíam o histórico explicitado de abuso sexual em sua família de

origem.

Um discurso muito comum no momento da triagem é a manifestação, por parte das mães, de indignação frente a não percepção do abuso sofrido pelos filhos, já que elas próprias haviam passado por essa experiência. Dado interessante também comum a muitas famílias é o segredo do histórico de abuso que envolve a família.

Alguns relatos de triagens frente à pergunta se algum dos adultos da família já havia passado por uma situação de abuso sexual:

1- O padrasto respondeu que não e a mãe ficou inicialmente calada, mas logo respondeu que sim. Embora com dificuldade e demonstrando incômodo de falar na frente da filha, que, segundo ela não sabia, a mãe contou que sofreu abuso sexual quando tinha cinco ou seis anos por parte de seu pai. Disse que contou à sua mãe e que a mesma brigou com o marido e depois o perdoou. (Denúncia de abuso sexual do padrasto com a enteada)

2- O pai relatou não ter passado por abuso sexual, embora tenha tido uma relação difícil com o pai que era muito agressivo fisicamente. Já a mãe disse ter saído de casa aos 10 anos, após 3 anos de abuso sexual frequente pelo irmão e falta de proteção por parte da mãe. Contou que manteve isso em segredo até saber do relacionamento de sua filha com seu marido. (Denúncia de abuso sexual do pai com a filha)

É experiência comum os filhos se surpreenderem ao ouvir a história de abuso sofrido pelos pais. Embora com a descoberta do abuso e várias intervenções sociais na família, os pais parecem acreditar que suas histórias de abuso podem ser um fardo pesado para os filhos e o “não contar” simplesmente anularia essas experiências na história familiar. Rosa (2001), frente à transmissão psíquica, considerou que muitos pais têm três suposições: é possível construir um futuro independente do passado, histórias de sofrimento devem ser esquecidas, pois sua revelação pode ser traumatizante e só se transmite o “que é dito”. Ao contrário desta última suposição, os conteúdos transgeracionais são mais comumente formados pelo não dito e o incesto é este segredo que vai permanecer ativo enquanto constituinte do psiquismo dos indivíduos das diversas gerações familiares. (Abdala, Neves & Paravidini, 2013).

Mazzarella (2006) destacou que o segredo é uma forma privilegiada de transmissão psíquica geracional, diferenciando duas categorias de segredo: o não dito do proibido de dizer e o inominável, aquele que não tem palavras que o represente. Tratou em seu trabalho do “excesso” referido à falta de representação de eventos traumáticos vivenciados e transmitidos às gerações posteriores. Em nossa perspectiva, a atuação incestuosa vai muito além do “proibido de se falar”, frequentemente assume as características do “irrepresentável” e do “excesso não passível de elaboração” e, dessa forma vai se repetindo por gerações.

A participação das mães na dinâmica incestuosa, como a dificuldade de realizar a denúncia de seus parceiros, é complementada pela atuação incestuosa com os filhos percebida nos atendimentos, justificada socialmente pelo processo de maternagem (Gobbetti & Cohen, 2023). Há relatos de mães que amamentaram filhos de até 10 anos de idade, que davam banho em filhos adolescentes e filhos que usavam mamadeiras e chupetas até a adolescência e que dormiam na cama com as mães, apesar de terem suas próprias camas. Esse abuso sexual “não denunciado” cometido pelas mães pode expressar a repetição do abuso sexual entre as mulheres, isto é, mulheres que sofreram abuso na infância também repetem o abuso em sua família constituída na fase adulta.

A relação mãe-bebê, vivência emocional simbiótica e indiscriminada a princípio estruturante para o bebê, quando consegue mitigar as ansiedades persecutórias oriundas da pulsão de morte, prepara o indivíduo para relacionamentos saudáveis com o mundo externo. Fica claro que a preparação para esta vivência emocional relacional é altamente influenciada pelo lugar ocupado por este bebê no psiquismo da mãe.

Não só relações de abuso sexual vivenciadas na família de origem são repetidas através das gerações, como também são observadas repetições de situações de abandono e violência emocional. São comuns relatos deste conteúdo pelas mães nas entrevistas de triagem, além do histórico de abuso por homens da família, conforme exemplos abaixo:

- 1. Mãe relatou sobre a relação difícil que tem com a genitora. Contou que sua mãe nunca criou os próprios filhos, entregando alguns para uma instituição e outros para familiares; segundo ela, sua genitora dizia que não queria perder seus finais de semana cuidando das filhas. Relatou ter um relacionamento conturbado com os filhos mais velhos, que saíram cedo de casa. Sua irmã abandonou o filho, que foi criado pela genitora de ambas. (Denúncia do abuso sexual da filha por este primo)*
- 2. Mãe teve um casal de filhos de um primeiro relacionamento, relatando ter sido este uma relação difícil e com muita violência, mas que a tirou da casa de sua mãe, pessoa instável e agressiva. Sua mãe a colocou para fora de casa quando ainda era adolescente. Seus filhos se queixam de que ela costuma falar que estes não são seus filhos ou que não queria que tivessem nascido. (Denúncia do abuso sexual da filha pelo padrasto)*

Os aspectos citados acima se repetem em várias famílias ao longo das gerações familiares, e dizem respeito a uma impossibilidade de proteção e cuidado materno aliada à relação sexual incestuosa denunciada. Assim, a repetição incestuosa parece se traduzir numa “compulsão à repetição” das gerações familiares, no qual se instaura a atuação indiscriminada, sem elaboração e sem potencial simbólico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proibição do incesto, que estrutura a cultura e o psiquismo individual é um tabu transmitido pela humanidade. A falha nessa transmissão, com a consequente atuação dos desejos incestuosos repetida entre as gerações reforça a transmissão psíquica da ausência da interdição e impossibilidade de simbolização.

Nessa perspectiva, a repetição dos abusos sexuais nas famílias incestuosas demonstra que o fenômeno do incesto atravessa as gerações e se impõe em estado bruto aos descendentes, sendo considerada uma violência transgeracional movida pela pulsão de morte.

Considerando que a repetição do incesto ocorre em sua maioria através da família materna, e que a reprodução do abuso incestuoso sofrido na infância já se observa na indiscriminação “mãe-bebê” ou na falta da função materna de continência, pode-se concluir que a mãe é o principal agente da transmissão psíquica do incesto.

A experiência dos atendimentos demonstrou que excluir o “agressor” denunciado das famílias não é a técnica mais eficaz para interromper o ciclo da dinâmica incestuosa entre gerações (Cohen & Gobbeti, 2020). A consideração da transmissão psíquica pelas mães reforça a importância da terapia familiar em casos de incesto, pois a quebra do ciclo de violência transgeracional depende do trabalho com todos os membros da família, que, para além de suas histórias pessoais, carregam as suas heranças geracionais.

REFERÊNCIAS

- Abdala, A. T. C. P., Neves, A. S., & Paravidini, J. L. L. (2013). O fenômeno da transmissão psíquica e o incesto: possíveis articulações. *Psicologia em Revista*, 19(1), 43-58. doi: 10.5752/P.1678-9563.2013v19n1p43
- André-Fustier, F., & Aubertel, F. (1998). A transmissão psíquica familiar pelo sofrimento. In: Eiguer A., André-Fustier, F., Aubertel F., Ciccone A., & Kaes R. (Eds.), *A transmissão do psiquismo entre gerações: Enfoque em terapia familiar psicanalítica* (pp. 129-179). São Paulo, SP: Unimarco Editora.
- Azevedo, L. J. C., & Brandão, E. P. (2019). Trauma e a transmissão psíquica geracional. *Ágora: Estudos Em Teoria Psicanalítica*, 22(1), 8–18. doi: 10.1590/S1516-14982019001002
- Benghozi, P. (2000). Traumatismos precoces da criança e transmissão genealógica em situação de crises e catástrofes humanitárias. Desmalhar e remalhar continentes genealógicos familiares e comunitários. In: Correa, O. B. R. (Org.), *Os avatares da transmissão psíquica geracional*. São Paulo, SP: Escuta.

- Cohen C. (2021). *O incesto, um desejo*. São Paulo: Blucher.
- Cohen, C., & Gobbetti, G. J. (2008). Aspectos éticos da criança sob risco. In: Junior, F. B. A. & Kuczynski, E. (Orgs.). *Situações Psicossociais na infância e na adolescência*. (pp. 265-280). Atheneu.
- Cohen, C., & Gobbetti, G. J. (2020). Famílias incestuosas: atendimento em saúde mental. In: Cohen, C. & Oliveira, R. A. (Orgs.). *Bioética, direito e medicina*. (pp. 651-657). Manole.
- Eiguer, A. (1995). *O parentesco fantasmático: transferência e contratransferência em terapia familiar psicanalítica*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Eiguer, A. (1998). A parte maldita da herança. In: Eiguer A., André-Fustier, F., Aubertel F., Ciccone A., & Kaes R. (Eds.), *A transmissão do psiquismo entre gerações: Enfoque em terapia familiar psicanalítica* (pp. 21-84). São Paulo, SP: Unimarco Editora.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2022). *Violência sexual infantil, os dados estão aqui, para quem quiser ver*. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Recuperado de: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/14-anuario-2022-violencia-sexual-infantil-os-dados-estao-aqui-para-quem-quiser-ver.pdf>
- Freud, S. (1980). Totem e Tabu. In: S. Freud. *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (pp. 17-192). Vol. 13. Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1913)
- Freud, S. (1980). Sobre o Narcisismo: uma introdução. In: S. Freud. *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (pp. 89-122). Vol. 12. Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1914)
- Freud, S. (1980). O mal estar na civilização. In: S. Freud. *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (pp. 81-176). Vol. 21. Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1930)
- Freud, S. (1980). Novas Conferências Introdutórias Sobre a Psicanálise. In: S. Freud. *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (pp. 13-220). Vol. 22. Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1932)
- Gobbetti, G.J. (2018). A violência feminina: as mães na dinâmica incestuosa. In: Filho, C. C. (Org.). *Sobre o feminino*. (pp. 97-110). Blucher.
- Gobbetti, G. J. & Cohen, Claudio. (2023). Incesto mãe e filhos: uma relação autorizada pela sociedade? *Revista Brasileira de Psicanálise*, 57 (1) 83-96.
- Goodwin, J. M. (1989). *Sexual abuse: Incest victims and their families*. Chicago, Illinois: Year Book Medical.
- Granjon, E. (2000). A elaboração do tempo genealógico no espaço do tratamento da terapia familiar psicanalítica. In: Correa, O. B. R. (Org.), *Os avatares da transmissão psíquica*

geracional. (pp. 17-43). São Paulo, SP: Escuta.

- Kaës, R. (1998). Os dispositivos psicanalíticos e as incidências da geração. In: Eiguer A., André-Fustier, F., Aubertel F., Ciccone A., & Kaes R. (Eds.), *A transmissão do psiquismo entre gerações: Enfoque em terapia familiar psicanalítica* (pp. 05-19). São Paulo, SP: Unimarco Editora.
- Klein, M. (1978). Algumas conclusões teóricas sobre a vida emocional dos bebês. In: Isaacs, M. K. & Riviere, J. (Orgs.), *Os progressos da psicanálise*. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Zahar (Trabalho original publicado em 1952)
- Klein, M. (1996). *Amor, Culpa e Reparação e outros trabalhos*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Imago (Trabalho original publicado em 1926)
- Koçtürk, N. & Yüksel, F. (2019). Characteristics of victims and perpetrators of intrafamilial sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 96. doi: 10.1016/j.chiabu.2019.104122
- Lévi-Strauss, C. (2009). *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis, RJ: Vozes. (Trabalho original publicado em 1949)
- Mazzarella, T. I. (2006). *Fazer-se Herdeiro: A Transmissão Psíquica Entre Gerações*. São Paulo, SP: Escuta.
- Padilha, C. R. M., & Barbieri, V. (2020). Transmissão psíquica transgeracional: uma revisão da literatura. *Tempo psicanalítico*, 52(1), 243-270. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382020000100010&lng=pt&tlng=pt.
- Razon, L. (2007). *Enigma do incesto*. Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud.
- Rosa, M. D. (2001). O não-dito familiar e a transmissão da história. *Psychê*, 5(8), pp. 123-137. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/pdf/307/30700809.pdf>
- Sei, M. B. & Gomes, I. C. (2007) Violência Familiar, o Transgeracional e a Arteterapia com Famílias: Aproximações. *Encontro: Revista de Psicologia*, 11(16), 133-139. Recuperado de: <https://docplayer.com.br/25000576-Violencia-familiar-o-transgeracional-e-a-arteterapia-com-familias-aproximacoes.html>
- Sei, M. B. & Gomes, I. C. (2012). Demandas por atendimento psicológico e a transmissão psíquica transgeracional. *Omnia Saúde*, 8 (1), 26 - 35. Recuperado de: <https://omnia.fai.com.br/omniasaude/article/view/357>
- Trachtemberg, A. R. C. (2014). O que será? (À flor da pele): O Não Dito nas Famílias e a Transgeracionalidade. In: Levisky, R. B., Gomes, I. C., & Fernandes, M. I. A. (Orgs.), *Diálogos Psicanalíticos sobre Família e Casal*. 2 ed. (pp. 101-107). São Paulo, SP: Zagodoni.